

O LUGAR DA AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS GOVERNOS LULA E DILMA ROUSSEFF

Talita Martinelli¹

Resumo: O presente artigo refere-se à apresentação dos resultados finais de pesquisa a respeito da política exterior do Brasil para a região sul americana no período de 2003 a 2012, ao considerar os governos Lula e início do governo Dilma Rousseff. Entre os objetivos propostos, a investigação buscou analisar a transição da política externa brasileira entre esses governos, pautado pelas noções de continuidade e ruptura; principalmente quanto a nossa atuação na região latino-americana, tendo como prioridade compreender quais as justificativas para aprofundar as relações com a América do Sul, em detrimento da América Latina. Ao constatar a permanência do Mercosul enquanto tema prioritário na agenda externa brasileira, consideramos que esse não seja o único elemento que explique as mudanças em andamento, portanto, busca-se avançar na compreensão das diretrizes definidas para a inserção internacional do Brasil no subcontinente latino-americano.

Palavras – chave: Política Exterior do Brasil. América do Sul. Governo Lula. Governo Dilma. Região Latino-americana

Introdução

Ao pensar a política exterior do Brasil da última década, voltada principalmente para o aprofundamento das relações comerciais e econômicas com os países da América do Sul, este trabalho² procura por meio de análise, sobretudo dos discursos dos Presidentes Lula e Dilma Rousseff, apurar as razões para tal preferência em detrimento do adensamento de nossas relações com todos os países que formam a América Latina.

Durante os oito anos de Governo Lula, houve uma atenção voltada para a América do Sul principalmente a partir da preocupação com o desenvolvimento nacional e regional, com a intenção de resgate o fortalecimento do Mercosul para uma melhor projeção do país no cenário internacional. Desde o início, o Presidente realizou diversas viagens e procurou estabelecer relações e negociações com países localizados ao Sul do hemisfério, com ênfase ao multilateralismo e consolidação de novos parceiros além das tradicionais relações de cooperação.

Em relação ao início do Governo Dilma Rousseff pode-se apontar a permanência da América do Sul como prioridade na política externa brasileira; como projeção no sistema internacional o atual governo optou pela multipolaridade cooperativa, esta estrutura de poder envolve múltiplos pólos no sistema internacional e pode se posicionar de forma competitiva ou cooperativa, diferentemente do multilateralismo do governo anterior. Entre algumas mudanças iniciais, destaca-se a atribuição de um caráter mais institucional e burocrático à política externa do Brasil, diminuindo a pessoalidade que o Lula acrescentou.

Neste contexto, além de tentar compreender as razões que levam a priorizar a América do Sul, busca-se também acompanhar de que maneira se dá o processo de continuidades e rupturas do atual governo brasileiro para com o anterior.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) tm_martinelli@hotmail.com

² Este artigo decorre do projeto de PIBIC/CNPq-FA-UEM (2013-2014), com bolsa da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A política externa brasileira voltada para a América do Sul

Nosso país localiza-se na América do Sul, em questão de integração econômica optamos preferencialmente aos países pertencentes ao Cone-Sul e a outros pertencentes à América do Sul, em detrimento do conjunto da América Latina. Contudo, a justificativa para tal preferência é um dos norteadores deste trabalho.

A América do Sul em conjunto é rica em recursos naturais, apresentando grandes quantidades, diversidade, qualidades e um potencial de complementaridades nem sempre explorado. Além de contar com um mercado regional ampliado pelos Acordos de Livre Comércio e processos de integração econômica. Apesar destas características, apresenta fortes assimetrias entre os países; por um lado temos Brasil, Argentina e Chile com maior índice de crescimento econômico, aumento de exportações, baixa taxa de desemprego e desenvolvimento do campo industrial, por outro lado, países como Uruguai, Colômbia e Bolívia apresentam atividade produtiva primária, altos índices de analfabetismo, conta com mão de obra não especializada e problemas de segurança em níveis de Estados com questões como o narcotráfico.

Neste contexto, o Brasil se destaca com seu grande potencial, possui grande extensão de terra, ocupando quase metade do mapa da América do Sul, faz fronteira com quase todos os países da região exceto Chile e Equador, possui forte matriz energética, conta com uma grande área de litoral no Atlântico e uma densa população. Na última década o crescimento de seu mercado permitiu-lhe um desenvolvimento interno, estando hoje entre as dez maiores economias do mundo; no campo regional, aumentou suas exportações e diminuiu consideravelmente suas importações³.

Para que haja maior desenvolvimento dos países e melhorias na dinâmica regional, principalmente no que diz respeito à integração, os Estados se deparam com os desafios de diminuir as disparidades, realizar o potencial dos países em todos os aspectos e voltar-se com atenção para os problemas e as condições de desenvolvimento de seus países vizinhos.

Ao considerar o Brasil, no período de 2003 a 2010, o país foi governado por Luís Inácio Lula da Silva que deu ênfase para a política externa, principalmente voltada para a América do Sul. Avaliando os valores e princípios gerais da nossa política externa⁴, observa-se, quanto a nossa participação no Mercosul, que o Brasil optou pelo pacifismo, juridicismo e realismo que ao decorrer do processo histórico, se transformou em pragmatismo. Registra-se ainda que a partir da promulgação da *Constituição Brasileira* de 1988 ocorreram alterações nas relações internacionais do Brasil, devido os novos dispositivos constitucionais que estabeleceram os princípios norteadores da política exterior e alterou as responsabilidades dos Poderes Executivo e Legislativo, naquilo que tange a condução e controle da ação exterior. Tendo em vista este conjunto de mudanças é possível perceber que a política externa brasileira, desde então, orienta-se para uma perspectiva integracionista.

Cabe destacar que a diplomacia do Itamaraty, é mais organizada, sensível e complexa em comparação aos vizinhos latino-americanos, tendo um bom relacionamento com os Estados Unidos, apesar de diferenças, o Brasil não compartilha do sentimento de antimericanismo. A política externa brasileira do governo Lula e também da presidente Dilma Rousseff mantém uma relação harmoniosa com seus países vizinhos latino-americanos e de

³ Para maior aprofundamento consultar *A nova política externa*. (organização Kjeld Jakobsen) – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

⁴ Para aprofundar, consulte: MATHIAS, Meire. *Paradoxos de uma política externa: por que o Mercosul?* Rio de Janeiro: e-papers, 2010 (82 p.)

cooperação, bem como de autonomia com os Estados Unidos e com outros parceiros tradicionais.

“A diplomacia do Itamaraty se desenvolve tendo por base a cômoda posição geopolítica decorrente de sua dimensão territorial, demográfica e econômica, apresentando-se como um ator cuja participação nas negociações comerciais, agrícolas, ambientais e energéticas é indispensável. Essa conduta colaborou para o fortalecimento de uma liderança em nível mundial, respaldada pela abertura, a partir de 2003, de embaixadas quem somam 133 em todo o mundo. Ademais, é clara a pretensão do Brasil de ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.”⁵

Desde a campanha para a presidência Lula afirmava em seus discursos que a América do Sul seria prioridade da política externa em seu governo. O grande objetivo dessa escolha seria promover a formação de um bloco regional, através da sua integração em vários níveis: física, comercial, econômica, energética e social. Além do desenvolvimento econômico de seu país, o presidente se preocuparia com o desenvolvimento de seus países vizinhos, pois ser cercado por problemas poderia vir a comprometer a estabilidade e a inserção do país no cenário internacional. Segundo o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, o Brasil é o terceiro país com o maior número de vizinhos do mundo, o que torna a política externa mais complexa; e está situado em um dos continentes mais díspares do mundo em termos de distribuição de renda e de riquezas, estar ciente dessas condições e saber lidar com as assimetrias é de extrema importância para a formulação e execução da política externa brasileira.

No início do primeiro mandato em discurso realizado na data de 23 de janeiro de 2013 em Curitiba durante a Cerimônia de Transmissão do Cargo de Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, do Engenheiro Antônio José Correia Ribas para o Engenheiro Jorge Miguel Samek, o presidente Lula aponta as características do Brasil e o destaca perante a condição dos outros países sul-americanos, devendo este ser o condutor da integração na América do Sul:

“E é exatamente pelo fato de o Brasil ser a maior economia do nosso continente, a maior extensão territorial do nosso continente, a maior população do nosso continente e, possivelmente, um país que tenha uma dimensão maior do ponto de vista intelectual e cultural, que tenha mais universidades, é que o Brasil teria que ser generoso, é que o Brasil deveria efetivamente assumir, não o papel daquele país líder que tenta transformar os outros em subservientes, mas o Brasil deveria ser um parceiro, aquele que defende os interesses da América do Sul, aquele que elabora projetos junto com os países da América do Sul, aquele que pensa na integração da América do Sul e aquele que pensa no desenvolvimento da América do Sul.”

A política externa do governo Lula da Silva⁶ teve como propósito projetar o Brasil na

⁵ FERREIRA, Lourdes. Questões pendentes para uma agenda bilateral entre o Brasil e o Paraguai. 2010. p. 137.

⁶ O presidente Lula elegeu Celso Amorim pra ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante as duas gestões, de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010.

esfera internacional como um protagonista, trata-se de uma política externa de caráter nacionalista. Buscou-se transmitir a ideia de um modelo de autonomia, diferente da política externa do governo anterior que buscava por credibilidade no plano mundial. Ao seguir o princípio de autonomia acredita-se que países emergentes possuem condição de exercer poder no mundo, independente do fato do cenário internacional possuir uma potência hegemônica.

Ao analisar os discursos realizados pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos, constata-se que estes possuem caráter personalista e evidenciam uma forte diplomacia no período, uma vez que o presidente realizou um grande número de viagens desde o início do mandato, a fim de afirmar novos parceiros e construir um novo quadro econômico e comercial no cenário internacional. Para alguns, os oito anos de governo Lula foram marcados por forte diplomacia presidencial, além de se aproximar com os países vizinhos, a diplomacia brasileira desse período buscou estabelecer parcerias com países que demonstravam interesses em comum. Considerando esse período, a forte diplomacia, de caráter humanístico ultrapassa os interesses econômicos e comerciais; e certamente pode ser compreendida como um instrumento de desenvolvimento nacional.

Neste governo pode-se pensar a política externa como forma de estratégia, faz parte de um projeto nacional de desenvolvimento que foi prezado desde o início do mandato, com o objetivo de articular crescimento econômico, distribuição de renda e inclusão social. Em concordância com Meire Mathias (2012) considera-se que há uma relação estreita entre a política interna e a política externa, uma vez que acordos, convenções e tratados assumidos pelo país através da política externa provocam influências na política interna e causam mudanças diretas no modo de vida da sociedade civil, e também decisões no âmbito doméstico alteram a projeção do país.

O projeto nacional de qualquer nação se define de acordo com o contexto internacional e a situação nacional. A preocupação do Governo Lula com o desenvolvimento nacional se justifica na medida em que o Brasil irá ter uma melhor projeção tanto no campo regional quanto internacional quão mais organizadas e desenvolvidas estiverem as questões domésticas. Para o então assessor de política externa da Presidência da República Marco Aurélio Garcia (2010) as mudanças ocorridas no campo interno e no campo externo durante o governo Lula contribuíram para a nova projeção do país que se iniciou. No campo interno merece destaque o crescimento com distribuição de rendas contando com programas de transferência de renda como Bolsa Família; aumento do salário mínimo acima da inflação; crescimento do financiamento da agricultura familiar, crédito consignado e crédito popular, entre outras medidas. No campo externo destacam-se a passagem do Brasil da condição de país devedor para país credor e o desenvolvimento de programas de transferência de tecnologia com outros países da América do Sul.

Desde o início do mandato, Lula deixou claro que ansiava por mudanças, além de priorizar a América do Sul na política externa, possuía a intenção de aprofundamento de relações e incentivo das negociações comerciais com países emergentes e em desenvolvimento localizados no hemisfério Sul, juntamente com o fortalecimento do Mercosul. Já nos primeiros meses houve incorporação de uma agenda social na política externa brasileira e uma posição mais firme no campo de reformas de instituições multilaterais, além de visitas a vários chefes de Estado dos países vizinhos em busca de estreitamento de relações, negociações comerciais, apoio mútuo e projeção no campo regional. Em discurso do Presidente no “Seminário para investidores estrangeiros no Brasil” que se realizou em Fortaleza, pode-se perceber a importância dada à América do Sul:

“Tenho dado muita atenção à integração na América do Sul. Assumi, como prioridade de meu governo, a construção de uma grande infra-estrutura na região. Mais do que um conjunto de vias de integração, ela será um verdadeiro canal de desenvolvimento, levando progresso econômico e bem-estar a áreas ainda à margem dos benefícios da sociedade moderna. Permitirá igualmente uma inserção mais competitiva de toda a região na economia global.”

O resgate e fortalecimento do Mercosul (Mercado Comum do Sul) foi uma das prioridades da política exterior no Brasil nesse período por ser o ponto central da integração sul-americana, e, por isso, o governo brasileiro se mostrou empenhado em revitalizá-lo e buscar com os demais países membros soluções para superar as dificuldades do Bloco.

Entre os principais temas discutidos no âmbito do Mercosul, no período estudado estão o combate ao terrorismo, ilícitos transnacionais, direitos humanos e reforma das organizações multilaterais, a questão da febre aftosa, segurança internacional, assistência ao desenvolvimento, equilíbrio das regras comerciais e reforma do sistema multilateral e da ONU.

Apesar de haver esta intenção pelo fortalecimento do Mercosul, ao avaliar a atual condição do bloco, pode-se dizer que houve avanços, porém constata-se que não houve sucesso no sentido de consolidação de uma integração regional. Diversos fatores dificultaram esse processo, mas talvez a crise econômica da Argentina e também a negação do Brasil em utilizar mecanismos institucionais próprios para consolidar o processo de integração sejam os fatores que mais influenciaram.

Alguns pesquisadores tentaram compreender o fracasso do Mercosul, para José Alexandre Altahyde Hage (2010) a razão política do bloco se perdeu, a qual seria a tomada de maior autoridade para resolver problemas em cooperação diante de riscos e pressões internacionais que estavam ganhando força na América Latina, porém, ao dar privilégio aos investimentos internacionais e ao mercado internacional, juntamente com a realização de reforma institucional que permitiu a entrada de recursos financeiros, perdeu-se o caráter desenvolvimentista. No ano de 2002, Brasil e Argentina elegeram presidentes com programas de governo considerados nacionalistas e regionalistas, fatos que despertaram a esperança de um possível resgate para o Mercosul, no entanto, a ausência de um projeto claramente racional para a economia promoveu uma paralisia no processo, além do sentimento de antimericanismo presente na região, o qual acaba prejudicando a relação norte-sul.

“Nos anos 1990, sob a égide da reforma institucional e preeminência da economia, a integração regional havia perdido sua função estratégica e privilegiado mais os fluxos financeiros. Além disso, houve também mudanças substanciais na política interna dos Estados-membros, dando a entender que seria necessário atender, antes de tudo, o eleitorado do que reclamações externas. Brasil e Argentina, sobretudo passaram a ter visões divergentes (...) Doses de antimericanismo, de certo sentimento contra o Brasil e a volta do romantismo retórico foram capazes de deixar o Mercosul parado.”⁷

Embora não conseguisse atingir completamente seu objetivo de resgatar o Mercosul,

⁷ HAGE, José Alexandre A. Reflexões sobre a política externa brasileira e a integração regional. 2010. p. 40.

Lula foi capaz de lidar com o desafio de regionalismo *versus* multilateralismo em sua política externa. Este governo além de estimular relações com os países vizinhos pretendeu estabelecer um profundo diálogo com o hemisfério sul, o que podemos denominar como Cooperação Sul-Sul. Como exemplo, indicamos que o Presidente realizou visitas aos países Árabes, Africanos, Índia, China, Coréia do Sul, também Espanha, Rússia e diversos outros países para uma ampliação e diversificação na presença internacional. Ainda que haja diversificação nas relações, a Presidência da República deixa claro, em seus discursos, que este fato não prejudica as relações tradicionais e indispensáveis com os países industrializados, pois se dá como uma política de complementaridade.

O governo Lula apontou a necessidade de rever as certezas no cenário internacional, sendo preciso uma abordagem ampla para solucionar os problemas contemporâneos. Para a construção de uma nova ordem global, os países necessitam resolver seus problemas internos focando no desenvolvimento e crescimento sustentável. A política externa desse período sustentou ser fundamental transformar estruturas comerciais e econômicas para que os países menores possam competir nos mercados internacionais. Lula deixou essa intenção clara no discurso proferido durante discussão sobre temas de interesses global que ocorreu em Haia - Países Baixos em 11/04/2008:

“O êxito do G-20 revolucionou a dinâmica negociadora da OMC. Os países em desenvolvimento deixaram de ser meros espectadores. O fortalecimento da cooperação Sul-Sul não é uma atitude confrontacionista. Queremos que o processo negociador alcance um acordo que seja equilibrado e faça jus ao mandato da Rodada do Desenvolvimento.”

De acordo com Souza Neto, com intuito de reforma no Conselho de Segurança, o Brasil estabeleceu a criação do G-4, grupo que inclui Brasil, Alemanha, Índia e Japão. Entre muitas outras aproximações, houve em 2003 o Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e em 2009 o primeiro encontro oficial do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O continente africano foi alvo da diplomacia brasileiro, tendo o presidente realizado 11 visitas. Ao considerar os países desenvolvidos, o Brasil passou a fazer parte do *Outreach-Five*, por meio do G-8 e ganhou relevância no G-20 através da atuação na III Cúpula do G-20 Financeiro, realizada em Pittsburgh (EUA) em setembro de 2009. Em relação à Europa, Brasil e União Européia instituíram uma parceria estratégica em 2009 com o interesse em estimular maior cooperação política em áreas de interesse comum e estabeleceu uma parceria com a França em 2006, vindo a consolidar-se em 2008. Por fim, com os Estados Unidos não houve grandes parcerias, apesar de continuar com relacionamento cordial devido o contingente de interesses econômicos, porém, não é o único caminho para atingir as metas diplomáticas e econômicas do Brasil.

“[...] ressaltou a importância de uma política externa autônoma no que diz respeito às grandes potências, e inicialmente, colocou em lugar secundário as negociações comerciais do Mercosul com os Estados Unidos e a União Europeia (EU) não só pra marcar um discurso voltado para os menos desenvolvidos, mas também buscando reforçar suas capacidade de liderança.”⁸

⁸ ONUKI, Janina. Interesses comerciais brasileiros na América do Sul. 2010. p.166.

O governo Lula considerou o Brasil capaz de participar da elaboração das regras que ditam as relações internacionais, se posicionar no quadro mundial de forma ativa e não apenas submisso às regras impostas. Sem dúvida, o protagonismo pessoal do Presidente exerceu influência na liderança brasileira conquistada na última década, liderança esta que busca por respeito internacional e responsabilidade, e possui a expectativa de uma maior capacidade de influenciar o processo decisório internacional.

Segundo Vigevani e Cepaluni a estratégia de inserção utilizada por Lula pode ser chamada da “autonomia pela diversificação”, pois opta pela soberania nacional, realiza ajustes a fim de enfatizar cooperação Sul-Sul, inclusive no âmbito regional, com o objetivo de um equilíbrio nas relações externas.

Ao pensar a política exterior do Brasil nesse período voltada preferencialmente a América do Sul em detrimento da América Latina, observa-se que a relação com os países não pertencentes ao Cone Sul limita-se ao campo econômico e com certo distanciamento, diferente da que ocorre com os países sul-americanos, marcada pelo viés social e desenvolvimentista, com forte objetivo de integração.

Considerações finais

Realizada a análise dos discursos e do levantamento bibliográfico, podemos indicar que em ambos os governos petistas a América do Sul permanece sendo prioridade na política externa brasileira, principalmente no que se refere ao Mercosul e na busca de uma integração econômica, comercial, física, social e energética. Lula procurou fortalecer os países vizinhos para uma melhor projeção da região e do Brasil no sistema internacional.

Tendemos a interpretar que a prioridade não é o desenvolvimento histórico-social, tanto na esfera doméstica, quanto internacional, no caso regional, mas sim atender interesses de grupos privados e financeiros. Por exemplo, das empreitadas. Percebe-se, contudo, o Brasil possui maior influência econômica e financeira na América do Sul, tanto que o maior número de Acordos e Tratados assinados referem-se à região.

Neste sentido, os motivos que explicam tal primazia da América do Sul em relação a América Latina são vários e de diferentes naturezas, escapando aos propósitos investigativos deste trabalho responder as essas questões. Contudo, podemos apontar que a deferência à América do Sul em detrimento à América Latina, revela que contemporaneamente o Brasil permanece numa atitude de cautela e distanciamento relativo quanto enfrentar as questões de natureza questões sócio, econômico, culturais, políticas e militares que perpassam pela integração dos povos latino-americanos.

Além disso, caso procurasse priorizar a América Latina, especialmente se de maneira articulada às questões anteriores, seria necessário o Brasil reforçar a posição de discordância do embargo econômico a Cuba; questionar diretamente aos EUA a condição de Estado Associado de Porto Rico; criticar abertamente a ação imperialista dos Estados Unidos no México; criticar a exploração estadunidense dos recursos naturais da Nicarágua (fundo do mar), entre outras linhas da política externa norte-americana para a região central.

Referências

FERREIRA, Lourdes. *Questões pendentes para uma agenda bilateral entre o Brasil e o Paraguai*. In: **Cadernos Adenauer XI** (2010) Nº4 **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2010.

HAGE, José Alexandre A. *Reflexões sobre a política externa brasileira e a integração regional*. In: **Cadernos Adenauer XI** (2010) Nº4 **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2010.

LANDAU, Georges D. *A Diplomacia Latino-Americana do Governo Lula*. In: **Cadernos Adenauer XI** (2010) Nº4 **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2010.

MATHIAS, Meire. **Paradoxos de uma política externa: por que o Mercosul?** Rio de Janeiro: E- papers, 2010. 82 p.

_____. *Inserção Internacional do Brasil Contemporâneo: o Pêndulo das Mudanças*. **Aurora** [online]. 2012, v.6, n. 1, pp. 161-174.

_____. **Brasil e Mercosul: paradoxos de uma política externa**. São Paulo: Ciências Sociais/ PUC/SP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

ONUKE, Janina. *Interesses comerciais brasileiros na América do Sul*. In: **Cadernos Adenauer XI** (2010) Nº4 **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2010.

Opera Mundi. **Especial diplomacia: Diferenças e semelhanças entre Lula e Dilma**. Disponível em:
<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/26346/operamundi+faz+especial+sobre+diplomacia+de+dilma.shtml>> Acesso em: 13 jul. 2013.

PASSINI, Marcelo; RAMANZINI Jr, Mariano Haroldo. *Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira*. **Sociologia Política**. [online]2012, v. 20, n. 43, pp. 23-41.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical*. **Rev. bras. Polít. int.** [online]. 2008, vol. 51, n. 2, pp. 136-153.

SOUZA Neto, Danilo Marcondes de. **A política externa brasileira nos oito anos de governo Lula: Legados e Lições para a Inserção do Brasil no Mundo**. Disponível em:
<http://br.boell.org/downloads/Livro_Lula_Internet_7.pdf> Acesso em: 15 jul. 2014

VADELL, Javier A. *Brasil e Argentina nos labirintos da integração sul-americana no século XXI*. In: **Cadernos Adenauer XI** (2010) Nº4 **O Brasil no contexto político regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2010.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. **Contexto Internacional**. [online]. 2007, v.29, n.2, pp. 273-335.

Outras referências

Briefing de notícias **BRICS Monitor: As Mudanças na Política Externa do Governo Dilma e a “Multipolaridade Benigna”**. Núcleo de Análises de Economia e Política dos Países BRICS; BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS. 2011.

Discursos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva no período de 2003 até 2010. Discursos da Presidente Dilma Rousseff no período de 2011 até 2012.